

Finanças

Investigação Comissão de inquérito vê indícios de conluio entre gestores do fundo e da instituição financeira

Petros atuou em fraude no BVA, diz BC

Carolina Mandi e Talita Moreira
De São Paulo

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, concedeu R\$ 95 milhões em empréstimos a empresas ligadas aos controladores e ex-diretores do banco BVA, instituição que teve liquidação extrajudicial decretada em junho, segundo relatório final da comissão de inquérito do Banco Central (BC).

Segundo a autoridade, há indícios de crimes cometidos tanto por controladores e ex-diretores do BVA quanto pela fundação.

Para o BC, a Petros cometeu dois tipos de irregularidades. Uma delas é ter assumido o papel de banco, algo proibido pela regulação. A outra é que gestores da Petros atuaram num esquema com indí-

cios de conluio, que tinha como objetivo transferir recursos para executivos do banco.

O levantamento feito pelo BC mostrou que a Petros concedeu, na prática, um empréstimo direto à Providax, empresa fundada por diretores do BVA. Formalmente, o BVA vendeu ao fundo cédulas de crédito bancário (CCBs), emitidas pela companhia — operação regular para fundos de pensão.

Chegagem feita pelo BC, porém, mostra que a Petros efetuou o pagamento ao BVA por CCBs emitidas pelas Providax antes mesmo de o banco liberar o crédito à empresa. “O banco não chegou a ser credor da Providax nem mesmo por um único dia”, diz o BC.

A outra irregularidade é que a operação com a Providax teria si-

do estruturada, em última instância, para transferir dinheiro aos controladores do BVA.

Isso porque a Providax foi fundada por dois então diretores do BVA, Rodolfo Vasconcellos e Antonio Luiz Pascoal, em julho de 2010, com sede no endereço do próprio banco.

Em abril de 2011, a Providax emitiu R\$ 50 milhões em CCBs, operação aprovada por pessoas que ocupavam tanto a diretoria do banco quanto da empresa. O fechamento da transação, porém, se deu quando diretores da Providax haviam renunciado e, no lugar deles, foram eleitas pessoas sem aparente relação com o BVA. Essa troca, diz o BC, pode ter sido um “ardil engendrado para dissimular o interesse daqueles [os diretores do banco] no empréstimo”.

Para reforçar a tese do BC, a Providax utilizou os recursos captados com a emissão das CCBs para comprar ações da Vidax, prestadora de serviços de telemarketing. Em setembro de 2009, a Vidax tomou um empréstimo de R\$ 20 milhões do BVA. Em seguida, R\$ 15 milhões foram transferidos à Comanche, empresa criada por Ivo Lodo, sócio do BVA, e por Vasconcellos.

O relatório do BC afirma que as CCBs “provavelmente não teriam sido cedidas a um fundo de pensão de empresa estatal sem a participação ativa de seus gestores”, principalmente pelo fato de a operação ter sido tramada desde o início entre o banco e a Petros. Segundo o BC, atuaram na operação os gerentes da Petros Sandro Chun, Manoel Gonçalves, Luiz Antonio dos San-

tos e Marcelo Antônio de Souza.

Não é a primeira vez que a Petros compra CCBs estruturadas por bancos liquidados. A fundação amargou perda de R\$ 72 milhões por comprar papéis que tinham como lastro operações de crédito consignado geradas pelo banco Morada.

Em nota enviada ao Valor, a Petros informou que não teve acesso ao relatório e, portanto, não tinha “elementos suficientes para se pronunciar sobre o assunto”.

No entanto, a Petros negou ter concedido empréstimos à Providax e que o processo de aprovação das CCBs seguiu os critérios de governança do fundo. “(...) A Fundação esclarece que a operação obedeceu todos os trâmites legais, não tendo sido concedido qualquer crédito diretamente à empresa”, afirmou.

Segundo a nota, o comitê técnico da fundação considerou os ratings das operações, o estatuto social da empresa, a análise dos fluxos de caixa e as garantias relacionadas à operação, entre outros indicadores.

A partir do descumprimento das obrigações, destacou a Petros, a fundação “iniciou o processo de execução das garantias”.

O relatório aponta indícios de crimes por parte de executivos do BVA, como Ivo Lodo (sócio), Vasconcellos e Pascoal. Entre os crimes estariam gestão temerária e fraudulenta e apropriação indébita.

O documento está em análise na Justiça e foi encaminhado ao Ministério Público. Procurado pela reportagem, Lodo afirmou por meio da assessoria de imprensa que se defenderá.